

Trabalhadoras domésticas enfrentam coação de patrões durante pandemia

Segundo Federação Nacional, domésticas são obrigadas a trabalhar e ameaçadas de demissão; maioria de denúncias é sobre patrões que as obrigam a dormir no trabalho

[\(Agência Pública | 05/06/2020 | Por José Cícero da Silva\)](#)

A morte do menino Miguel Otávio Santana da Silva, de 5 anos, que caiu do 9º andar de um condomínio de luxo em Recife, Pernambuco, revela um drama silencioso que tem marcado a pandemia brasileira: a situação precária das trabalhadoras domésticas.

A mãe de Miguel, Mirtes Renata Souza, e a avó, Marta Santana, trabalhavam para a mesma família, a do prefeito de Tamandaré, Sérgio Hacker (PSB). A esposa, Sarí Gaspar Côrte Real, deixou o filho da empregada sozinho em um elevador, e a criança caiu do nono andar, enquanto a mãe levava o cachorro da patroa para passear. Ela foi presa e pagou fiança para ser liberada. Mas, antes do homicídio, a família já tinha contraído Covid-19, assim como as empregadas - e mesmo assim, as domésticas não foram liberadas do trabalho.

[Acesse a matéria completa no site de origem.](#)

Senado aprova urgência para

projeto que regulamenta trabalho doméstico

(Agência Brasil, 29/04/2015) O plenário do Senado aprovou hoje (29) um requerimento de urgência para o projeto de lei que trata da regulamentação do trabalho doméstico. Com isso, a matéria ganhará prioridade na tramitação.

O texto começará a ser analisado pela Comissão de Assuntos Sociais e terá 45 dias para ser debatido nas comissões de mérito. Se não for analisado nesse prazo, o projeto seguirá para o plenário do Senado, trancando a pauta. O texto é originário do Senado e foi modificado pela Câmara, retornando ao Senado para última análise.

O projeto começou a tramitar há dois anos, logo depois da aprovação da Emenda Constitucional 72, que estendeu às domésticas todos os direitos dos demais trabalhadores. A emenda, no entanto, só poderá ser plenamente implementada quando o projeto de regulamentação for aprovado.

Mariana Jungmann - Repórter da Agência Brasil

Edição: Aécio Amado

Acesse no site de origem: [Senado aprova urgência para projeto que regulamenta trabalho doméstico \(Agência Brasil, 29/04/2015\)](#)

Vanessa Grazziotin cobra regulamentação de direitos das

domésticas

(Senado Notícias, 16/04/2015) A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) cobrou em Plenário, nesta quinta-feira (16), a regulamentação da Emenda Constitucional 72, que concedeu mais direitos aos trabalhadores domésticos.

A parlamentar lembrou que já se passaram dois anos desde que a mudança na Constituição foi promulgada pelo Congresso Nacional e, neste período, os profissionais ainda não puderam aproveitar todos os benefícios que lhes foram concedidos, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).

Vanessa Grazziotin lembrou que o projeto de regulamentação (PLS 224/2013) foi aprovado pelos senadores em julho de 2013, três meses depois de promulgada a Emenda 72. O projeto seguiu, então, para a Câmara dos Deputados, que, somente em março último, terminou de analisar o tema, devolvendo ao Senado um substitutivo (SCD 5/2015).

— Faço aqui um apelo à sensibilidade do presidente [do Senado] Renan Calheiros e das lideranças parlamentares para que possamos analisar essa pendência até 27 de abril, quando é comemorado o Dia das Empregadas Domésticas. Isso é o mínimo que poderemos fazer para garantir direitos que lhes foram negados por tantos anos — opinou.

Ainda segundo a representante do Amazonas, causa espanto o fato de que até hoje os funcionários do lar são considerados uma “espécie de subclasse”, sem os mesmos direitos dos demais trabalhadores.

— Essa sem dúvida alguma é uma herança maldita dos tempos coloniais, que deveria há muito tempo ter sido extirpada da sociedade — afirmou.

Acesse no site de origem: [Vanessa Grazziotin cobra regulamentação de direitos das domésticas \(Senado Notícias, 16/04/2015\)](#)

Regulamentação de direitos das domésticas volta ao Senado

(Senado Notícias, 18/03/2015) O projeto que regulamenta os direitos trabalhistas assegurados aos empregados domésticos pela Emenda Constitucional 72 vai voltar ao Senado. A Câmara aprovou na terça-feira (17) substitutivo da deputada Benedita da Silva (PT-RS) com diversas mudanças no texto aprovado pelos senadores em julho de 2013.

Leia mais: [Câmara aprova projeto que regulamenta direitos de trabalhadores domésticos \(Câmara Notícias, 17/03/2015\)](#)

No Twitter, o senador Romero Jucá (PMDB-RR), relator da proposta em comissão mista e no Senado, disse que o projeto (PLS 224/2013) terá prioridade na Casa. Em abril, a Emenda 72 completará dois anos, mas a maioria dos direitos, como o FGTS obrigatório e o seguro-desemprego, ainda dependem de regulamentação.

Entre as alterações feitas por Benedita estão a remuneração obrigatória do período de sobreaviso, que corresponde ao tempo de repouso passado no local de trabalho. A hora de sobreaviso é remunerada com um terço da hora normal. No caso de viagem, por outro lado, a hora trabalhada é acrescida de 25%.

As horas extras também sofreram modificação. O projeto aprovado no Senado estabelecia remuneração no mínimo 50% superior e a possibilidade de compensação das horas - sem acréscimo - em outro dia. A proposta de Benedita fixa limite de duas horas extras por dia - que não constava no texto do Senado - e reduz de um ano para três meses o período de compensação sem o pagamento.

Com a promulgação da Emenda 72, os empregados domésticos passaram a ter jornada máxima de 8 horas diárias e 44 semanais. O substitutivo de Benedita descarta a possibilidade de jornada parcial de trabalho de 25 horas semanais com redução proporcional da remuneração, prevista no texto aprovado no Senado.

Também houve modificação no Simples Doméstico, regime unificado de pagamento de contribuições e encargos, com acesso pela internet. Benedita retomou a contribuição previdenciária patronal de 12% - o texto do Senado reduzia a alíquota para 8%.

— Eu estou não só satisfeita, estou muito emocionada porque, desde 1988 [ano da promulgação da Constituição], foram muitos anos, e este momento é o momento em que sabemos que ainda haverá muita luta, mas já demos um grande passo — afirmou Benedita.

Acesse no site de origem: [Regulamentação de direitos das domésticas volta ao Senado \(Senado Notícias, 18/03/2015\)](#)